



RANKING DE COMPLEXIDADE FINANCEIRA: o Brasil em segundo lugar...

Rodrigo Augusto Prando

O tema da liberdade econômica perpassa inúmeras dimensões e a compreensão do fenômeno só pode se dar numa conjugação destas várias dimensões, sejam quantitativas ou qualitativas. Uma possível dimensão a ser tratada na discussão da liberdade econômica diz respeito à burocracia e, ainda, à complexidade dos impostos que recaem sobre as empresas. Assim, em 05/06/2017, foi divulgado o “índice de complexidade financeira”, pela consultoria global TMF Group (acesso em: <https://www.tmf-group.com/en/news-insights/publications/2017/financial-complexity-index-2017/>) e, no mesmo dia, Thaís Herédia, jornalista especializada em Economia, trouxe, em seu blog, algumas observações acerca do referido índice (acesso em: <http://g1.globo.com/economia/blog/thais-heredia/post/brasil-e-o-2-de-94-paises-em-ranking-de-complexidade-financeira.html>).

Numa lista que conta com 94 países, o Brasil é o segundo colocado em termos de complexidade para que se possa cumprir as obrigações fiscais e contábeis.

PAÍS	REGIÃO	RANKING GLOBAL
Turquia	Europa	1
Brasil	América	2
Itália	Europa	3
Grécia	Europa	4
Vietnã	Ásia	5
Colômbia	América	6



China	Ásia	7
Bélgica	Europa	8
Argentina	América	9
Índia	Ásia	10

Nas palavras de Herédia:

“A lista da América Latina revela que é característica da região ter alta complexidade e muita burocracia para manter um negócio funcionando no país”

E mais:

“Cumprir as leis tributárias nas três esferas – federal, estadual e municipal; manter as obrigações em dia e evitar ser pego num erro irrelevante – mas que pode sair custoso – são os desafios diários dos empresários brasileiros. É preciso incluir no projeto e no orçamento das companhias um departamento exclusivo para cuidar dos detalhes perversos do sistema nacional. E isto é custo na veia da economia”.

Para Marco Sottovia, diretor da TMF Group Brasil, citado por Herédia:

“Isso não facilita em nada a vida das empresas e afeta muito a competitividade da economia. Sermos o segundo país do mundo, o mais complexo das américas, afasta o investidor. Quem vai investir aqui leva isso em consideração e pode escolher outro lugar. Não é só da questão da crise política e da economia”.

E, logo a seguir, complementa:

“Nós pioramos por dois aspectos. O primeiro é que incluímos na metodologia a área contábil, que tem muitas obrigações assessorias e dificulta a vida do empresário. Segundo, e principalmente, pela quantidade de mudanças que temos na legislação. Quanto mais ela muda, mais o ambiente piora e não há previsibilidade. Isso também afeta as obrigações e piora a complexidade”.

Um país da dimensão continental do Brasil, com seus entes federados, com desenvolvimento econômico, social, educacional e cultural desigual, não poderia deixar de



figurar nas primeiras posições de um ranking que mensura a complexidade de nossa burocracia, visto que nossa formação histórica nos legou um Estado hipertrofiado e uma sociedade cuja cultura política está assentada, ainda, infelizmente, no patrimonialismo e no clientelismo.¹

No linguajar comum, do homem simples, há um elemento de anedota que bem retrata as relações dos cidadãos e dos empresários com a burocracia estatal brasileira: “Aqui, no Brasil, criam-se as dificuldades para se vender as facilidades”. O senso comum não é capaz de explicar, sozinho, a realidade sociológica, mas traz, sempre, interessantes pistas acerca das relações sociais.

Luiz Carlos Bresser-Pereira², um dos mais profícuos estudiosos da burocracia e da Administração Pública, é coautor da obra “Introdução à Organização Burocrática”, e nela conceitua a burocracia, como sendo:

“O sistema social em que a divisão do trabalho é sistemática e coerentemente realizada, tendo em vista os fins visados; é o sistema social em que há procura deliberada de economizar os meios para se atingir os objetivos” (MOTTA; BRESSER-PEREIRA, 2004, p. 8).

Numa organização, no caso, uma empresa, o objetivo é o lucro, portanto, a burocracia (etimologicamente, “governo do escritório”) existe para uniformizar os procedimentos e, com isso, economizar os recursos e maximizar os fins, isto é, o lucro. No limite, o elemento essencial da burocracia é que se trata de uma ação social racional ou, melhor dizendo, de uma das formas de dominação tão bem estudadas por Max Weber, que é a dominação racional-legal que, em essência, se contrapõe às formas de dominação tradicional e carismática. Uma ação social racional é aquela em que o ator social é capaz de adequar os meios para se atingir os fins, os objetivos. A racionalidade, assim, está ligada à capacidade humana de prever, de antever, os resultados antes de se iniciar a ação. As burocracias, neste caso, sejam as empresariais ou as públicas, deveriam se pautar por três principais critérios: a formalidade, a impessoalidade e a necessidade de administradores profissionais.

¹ Um artigo de minha autoria, intitulado “Liberdade econômica e a sociedade brasileira: uma relação social ausente” busca, panoramicamente, tratar destas questões e pode ser acessado em: http://liberdadeeconomica.mackenzie.br/fileadmin/ARQUIVOS/PUBLIC/SITES/ECONOMICA/2017/Liberdade_Economica_e_a_Sociedade_Brasileira.pdf

² Cf. em: MOTTA, F. C. P.; BRESSER-PEREIRA, L. C. **Introdução à Organização Burocrática**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004



Quando saímos do conceito weberiano de “tipo ideal”³, de uma burocracia pura, estritamente racional, depreende-se que, na realidade, o conceito é deformado pela prática social. No Brasil, país de relações hierárquicas e assentadas na pessoalidade⁴, a burocracia acaba por se tornar um empecilho e não uma facilidade na vida do cidadão e do empreendedor. Nossa Federação não é capaz de dialogar, por exemplo, tendo 27 estados e o Distrito Federal com regulamentação tributária independente, ou seja, o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) é único, contudo, cada estado apresenta sua própria regulamentação e alíquotas distintas. Enfim, essa complexidade, ainda à guisa de exemplo, faz com que uma empresa que possua filias em vários estados tenha que zelar por atender às legislações municipais, estaduais e federais. Tal fato, logicamente, faz com que, no processo empresarial, os meios sejam mais importantes que o próprio fim de uma ação econômica. No limite, os custos gerados pela burocracia, pelos diferentes tipos de impostos e tributos, oneram, substantivamente, as empresas, tirando recursos materiais e humanos das atividades-fins.⁵

Não raro, o empreendedor, sufocado, perdido, é colocado em condição de inferioridade e, na relação com os agentes públicos, pululam, infelizmente, os ingredientes do jeitinho, das malandragens, da propina e da corrupção. Aqui, o quadro corrobora a tese advogada pelo senso comum: a dificuldade criada para se vender (ilegalmente) a facilidade.

Há pouca ação republicana em nossa República. As leis, no estado democrático de Direito, são, ainda, incapazes de tornar a sociedade mais igualitária, dando acesso aos serviços públicos de qualidade e, pior, nosso setor produtivo é atacado por um Estado pesado e ineficiente em muitas de suas atribuições constitucionais.

A liberdade econômica, aqui, nestas plagas, tem um tortuoso e difícil caminho a percorrer. Cabe, então, melhor compreender, por meio de pesquisas, como facilitar a ação econômica dos empreendedores e vislumbrar uma burocracia que seja racional e capaz de trazer previsibilidade e não imponderabilidades e dificuldades.

³ Tanto o conceito de “tipo ideal”, bem como as formas de dominação, em Max Weber, podem ser encontradas na obra: WEBER, M. **Economia e Sociedade**. Brasília: UnB, 1994.

⁴ Uma sociedade assentada nas relações pessoais foi bem estudada por: HOLANDA, S.B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016 (especialmente, o capítulo V – “o homem cordial”) e DAMATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis**. Para uma Sociologia do dilema brasileiro. São Paulo: Rocco, 1997.

⁵ Agradeço, aqui, a ajuda de meu colega, Professor Mestre Jocineiro Oliveira dos Santos, do Curso de Ciências Contábeis, que me ajudou a melhor entender o quadro em tela. Contudo, eventuais equívocos na interpretação são de minha responsabilidade.